

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO SEXUAL NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E NO ENSINO MÉDIO

Ruan Rafael Vargas Vieira ¹
Maria Luísa Gindri da Rosa ²
Simone Medianeira Franzin ³

RESUMO

A educação sexual no ambiente escolar é fundamental para a formação integral de estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, pois essas etapas concentram mudanças biológicas, emocionais e sociais que ampliam dúvidas e vulnerabilidades relacionadas à sexualidade. No Brasil, a fragilidade desse tema no currículo contribui para a persistência de problemas como gravidez na adolescência, IST, violências e preconceitos, levando muitos adolescentes a buscarem informações em fontes pouco confiáveis. Este estudo teve como objetivo analisar a importância da educação sexual na Educação Básica, considerando fundamentos legais, curriculares e pedagógicos e suas contribuições para a promoção da saúde e da cidadania. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, baseada na análise de documentos oficiais da educação e da saúde, como os Parâmetros Curriculares Nacionais, a Base Nacional Comum Curricular e o Programa Saúde na Escola, além de produções acadêmicas nacionais e materiais institucionais. Os resultados indicam que, quando desenvolvida de modo contínuo, científico, ético e interdisciplinar, a educação sexual amplia o acesso a informações confiáveis, fortalece a autonomia juvenil, favorece escolhas responsáveis e contribui para a prevenção de situações de risco. Também se destaca seu potencial para promover o respeito às diferenças e reduzir preconceitos, embora ainda existam limitações curriculares e desafios na implementação, especialmente quanto à formação docente e à abordagem de temas como diversidade, gênero e direitos. Conclui-se que a educação sexual deve integrar sistematicamente o projeto pedagógico escolar para reduzir vulnerabilidades e fortalecer a formação cidadã.

Palavras-chave: Educação sexual, Adolescência, Saúde escolar, Prevenção, Cidadania.

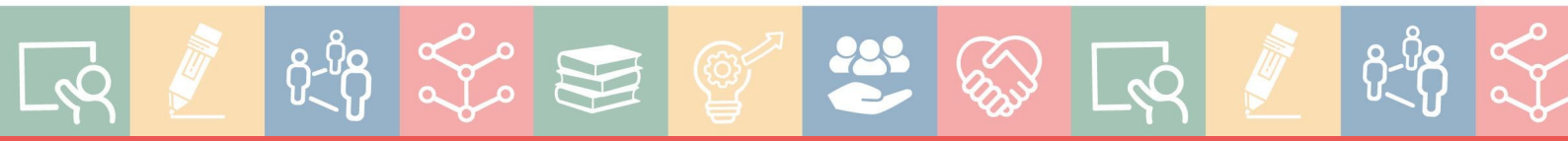
INTRODUÇÃO

A adolescência é um período decisivo no desenvolvimento humano, caracterizado por intensas mudanças biológicas, psicológicas e sociais. Nos anos finais do Ensino Fundamental e no início do Ensino Médio, os estudantes passam por transformações corporais decorrentes da puberdade e da ação hormonal, ampliam suas interações sociais e iniciam reflexões mais complexas sobre identidade, afetividade e sexualidade. Nesse momento da vida, surgem dúvidas, curiosidades e inseguranças que, quando não acompanhadas por orientações

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul – IFFar-SVS, ruan.93097@aluno.iffar.edu.br;

² Graduando do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul – IFFar-SVS, maria.50046@aluno.iffar.edu.br;

³ Doutora em Agronomia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Docente do IFFar-SVS, tutora do Programa de Educação Tutorial (PET-Biologia), professora orientadora, simone.franzin@iffarroupilha.edu.br;



adequadas, podem resultar em comportamentos de risco e em situações de vulnerabilidade. Apesar da relevância do tema, a educação sexual ainda enfrenta resistências no contexto escolar brasileiro. Muitas vezes, o assunto é tratado de forma pontual, fragmentada ou restrita a aspectos exclusivamente biológicos da reprodução humana, ou ainda cercado por preconceitos e tabus. Essa abordagem limitada desconsidera que a sexualidade é uma dimensão ampla da experiência humana, atravessada por fatores culturais, sociais, históricos e emocionais (ALTMANN, 2001). Como consequência, adolescentes recorrem a fontes pouco confiáveis de informação, como redes sociais e grupos informais, o que contribui para a disseminação de mitos, preconceitos e desinformação.

Os impactos dessa lacuna educativa são evidentes. Dados do Ministério da Saúde mostram que, no conjunto das notificações de violência sexual contra adolescentes de 10 a 19 anos registradas no Brasil entre 2015 e 2021, 24,5% referiam-se a assédio sexual e 63,5% dos casos ocorreram na residência, o que evidencia a magnitude do problema e a necessidade de espaços institucionais de orientação e proteção (BRASIL, 2024). No campo das IST, o cenário também requer atenção: o Boletim Epidemiológico de Sífilis de 2025 indica crescimento médio anual de 39,6% na taxa de detecção entre indivíduos de 13 a 19 anos no período pré-pandemia, reforçando a importância de estratégias preventivas e educativas voltadas aos adolescentes (BRASIL, 2025).

Diante desse cenário, a escola assume papel fundamental na orientação e na proteção de adolescentes, sobretudo porque, em muitos contextos familiares, a sexualidade ainda é marcada pelo silêncio, pela omissão ou pela falta de informação. Quando o ambiente escolar se compromete com a abordagem qualificada do tema, amplia-se o acesso dos estudantes a conhecimentos científicos e a práticas de autocuidado, respeito mútuo e proteção contra violências e infecções. Documentos oficiais, como os Parâmetros Curriculares Nacionais, reconhecem a educação sexual como responsabilidade da instituição escolar ao proporem a orientação sexual como tema transversal, voltado à formação ética, à cidadania e à promoção da saúde (BRASIL, 1998). O Programa Saúde na Escola reforça essa função ao incentivar ações intersetoriais voltadas à saúde sexual e reprodutiva e à prevenção de violências entre crianças, adolescentes e jovens (BRASIL, 2007; BRASIL, 2025).

Assim, a educação sexual configura-se como uma resposta pedagógica necessária a problemas reais vivenciados pelos estudantes. Ao oferecer informações científicas, promover o respeito às diferenças e estimular o pensamento crítico, ela contribui para que adolescentes desenvolvam autonomia, façam escolhas mais conscientes, construam relações baseadas no respeito mútuo e reduzam a exposição às IST e a outras situações de vulnerabilidade.



Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo discutir a importância da educação sexual nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, a partir de uma análise de políticas públicas e produções acadêmicas brasileiras.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental. Nele foram analisados documentos oficiais da educação e da saúde no Brasil, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) e o Decreto nº 6.286/2007, que institui o Programa Saúde na Escola. Complementarmente, foram consultados artigos científicos publicados em periódicos nacionais, materiais institucionais do UNFPA Brasil sobre saúde sexual e reprodutiva na adolescência e boletins epidemiológicos recentes do Ministério da Saúde acerca das IST e das violências sexuais que atingem crianças e adolescentes (BRASIL, 2024; BRASIL, 2025).

Após a reunião dos materiais, os documentos foram lidos, organizados e analisados de forma interpretativa, buscando identificar convergências entre os referenciais legais, as evidências epidemiológicas e as produções acadêmicas sobre educação sexual escolar. A discussão dos dados teve como finalidade compreender a relevância pedagógica do tema e reunir subsídios para estudos posteriores.

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação sexual na escola integra a formação integral de adolescentes, especialmente nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, quando se intensificam transformações biológicas, emocionais e sociais. Nessa perspectiva, a sexualidade deve ser entendida para além da reprodução, como dimensão humana atravessada por cultura, valores, afetividade e relações sociais. Altmann (2001) reforça que a abordagem escolar não pode ser restrita ao aspecto biológico, pois isso limita a compreensão crítica e favorece a busca de informações em fontes pouco confiáveis. No Brasil, os marcos curriculares reconhecem a responsabilidade da escola na orientação sexual. Os Parâmetros Curriculares Nacionais propõem o tema como transversal, vinculando-o à cidadania, à ética, ao respeito ao corpo e às diferenças (BRASIL, 1998). A Base Nacional Comum Curricular reafirma o compromisso com a formação integral e o autocuidado (BRASIL, 2018), embora estudos apontem silenciamentos e reduções do debate sobre diversidade, gênero e direitos (VICENTE et al., 2024).



As políticas públicas intersetoriais fortalecem esse papel institucional. O Programa Saúde na Escola (PSE) articula educação e saúde, destacando a escola como espaço estratégico para ações de promoção da saúde sexual e reprodutiva e prevenção de violências (BRASIL, 2007; BRASIL, 2025). Bartolomey et al. (2025) indicam que práticas educativas bem conduzidas no âmbito do PSE ampliam o diálogo, a autonomia e a proteção de adolescentes. Além disso, dados oficiais e institucionais evidenciam a permanência de riscos como violências sexuais e IST, reforçando a necessidade de educação sexual contínua e baseada em evidências (BRASIL, 2024; BRASIL, 2025; UNFPA, 2023).

Do ponto de vista pedagógico, a educação sexual também se fundamenta na educação como prática emancipatória. Paulo Freire defende que ensinar exige diálogo, respeito à autonomia do educando e compromisso com a formação crítica, o que sustenta uma abordagem ética e problematizadora da sexualidade no ambiente escolar (FREIRE, 1996). Assim, este estudo se apoia em referenciais legais, acadêmicos e de saúde pública para compreender a educação sexual como estratégia de promoção da saúde, enfrentamento de preconceitos e fortalecimento da cidadania juvenil

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura evidencia que a educação sexual desempenha papel central na formação integral dos estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Quando estruturada de forma contínua e interdisciplinar, essa prática educativa possibilita que adolescentes compreendam as transformações corporais da puberdade, tenham acesso a informações científicas sobre IST e métodos contraceptivos e desenvolvam maior autonomia para tomar decisões responsáveis. Os Parâmetros Curriculares Nacionais destacam que a orientação sexual deve promover o respeito ao próprio corpo e ao corpo do outro, além de contribuir para a formação ética e cidadã dos estudantes (BRASIL, 1998). Nesse sentido, a educação sexual não se limita à prevenção de agravos à saúde, mas atua também no enfrentamento de preconceitos, violências e desigualdades historicamente presentes nas relações sociais.

O Programa Saúde na Escola amplia essa perspectiva ao reconhecer a escola como espaço estratégico para ações de promoção da saúde sexual e reprodutiva. Em 2025, ao completar 18 anos, o programa foi apresentado pelo Ministério da Saúde como uma política consolidada de formação integral, estruturada em 14 temáticas, entre elas a prevenção da violência e a saúde sexual e reprodutiva, o que reforça sua atualidade e relevância para o contexto escolar brasileiro (BRASIL, 2025). Nessa mesma direção, Bartolomey et al. (2025),



ao discutirem a relação entre educação para a sexualidade e o Programa Saúde na Escola no oeste catarinense, destacam que ações educativas bem conduzidas favorecem o diálogo, a proteção e a autonomia dos estudantes, consolidando a escola como espaço seguro para a promoção da saúde e da cidadania.

Entretanto, análises recentes da Base Nacional Comum Curricular apontam que a abordagem da sexualidade no documento tende a privilegiar aspectos biológicos, deixando em segundo plano discussões sobre diversidade sexual, gênero e direitos (VICENTE et al., 2024). Essa limitação pode comprometer a efetividade das práticas pedagógicas, uma vez que desconsidera a complexidade da vivência adolescente e reduz a potência formativa do tema. Os dados do UNFPA (2023) reforçam que a ausência de educação sexual está associada a maiores índices de gravidez na adolescência e à evasão escolar, especialmente entre meninas em situação de vulnerabilidade social. Somam-se a isso os dados epidemiológicos sobre violência sexual e sífilis, que demonstram a permanência de riscos concretos para adolescentes brasileiros quando não há acesso qualificado à informação e à rede de proteção (BRASIL, 2024; BRASIL, 2025).

Dessa forma, a educação sexual mostra-se como estratégia fundamental para a permanência escolar, a promoção da equidade, a prevenção de agravos e a construção de projetos de vida mais autônomos e conscientes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação sexual nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio constitui uma resposta pedagógica necessária a desafios reais vivenciados por adolescentes brasileiros. Longe de se restringir à transmissão de conteúdos biológicos, ela envolve a construção de conhecimentos, valores e atitudes relacionados ao cuidado com o corpo, à prevenção de IST, ao enfrentamento das violências, ao respeito às diferenças e ao exercício da cidadania. Em uma realidade marcada pela circulação acelerada de informações nem sempre confiáveis, a escola assume papel decisivo como espaço de mediação crítica e acolhimento.

Embora o Brasil disponha de marcos legais e de políticas públicas que respaldem essa temática, como os Parâmetros Curriculares Nacionais e o Programa Saúde na Escola, a efetivação da educação sexual ainda encontra obstáculos concretos, entre eles a formação insuficiente de professores, a abordagem fragmentada no currículo e as disputas ideológicas que deslegitimam o tema no espaço escolar. Tais barreiras dificultam a consolidação de práticas contínuas, interdisciplinares e sensíveis às demandas reais dos estudantes.



Os dados analisados ao longo deste estudo evidenciam que a omissão ou a fragilidade da educação sexual contribuem para a manutenção de vulnerabilidades sociais e sanitárias, como a gravidez na adolescência, a exposição às IST e a violência sexual. Por outro lado, quando desenvolvida de forma científica, ética e comprometida com os direitos humanos, a educação sexual favorece a autonomia juvenil, fortalece vínculos de cuidado, amplia o acesso à informação segura e contribui para a formação de sujeitos críticos, conscientes e capazes de realizar escolhas mais responsáveis.

Conclui-se, portanto, que a educação sexual deve integrar de forma sistemática o projeto pedagógico das escolas, não como conteúdo acessório, mas como dimensão constitutiva da formação humana. Investir nessa pauta significa fortalecer a escola como espaço de proteção, emancipação e promoção da saúde, além de reafirmar o compromisso da educação básica com a dignidade, a cidadania e o desenvolvimento integral dos adolescentes.

AGRADECIMENTOS

Agradecimento ao Instituto Federal Farroupilha (IFFar) — Campus São Vicente do Sul — pelo suporte institucional, pelo ambiente formativo e pelas oportunidades acadêmicas que contribuem significativamente para o desenvolvimento desta pesquisa. Agradeço, igualmente, ao Programa de Educação Tutorial (PET Biologia) pelo incentivo contínuo, pela orientação e pelas experiências formativas ofertadas, que fortalecem a trajetória acadêmica e profissional dos estudantes e ampliam as possibilidades de produção científica.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, Helena. **Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais**. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 575-585, 2001. Disponível em: . Acesso em: 8 mar. 2026.

BARTOLOMEY, Bruna Bruna; MACIEL DA SILVA, Eduarda Luiza; DA SILVA FILHO, Claudio Caludino; PELLENZ, Jonatan. **Educação para sexualidade e Programa Saúde na Escola (PSE): diálogos, desafios e possibilidades no oeste catarinense**. *Diversidade e Educação*, [s. l.], v. 13, n. 1, p. 395-412, 2025. DOI: 10.63595/de.v13i1.19162. Disponível em: . Acesso em: 8 mar. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Saúde na Escola (PSE), e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 5 dez. 2007. Disponível em: . Acesso em: 8 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: temas transversais: orientação sexual**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998. Disponível em: . Acesso em: 8 mar. 2026.



BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: . Acesso em: 8 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. **Boletim Epidemiológico: notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2015 a 2021**. *Boletim Epidemiológico*, Brasília, DF, v. 54, n. 8, 29 fev. 2024. Disponível em: . Acesso em: 8 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. **Boletim Epidemiológico de Sífilis 2025**. Número especial. Brasília, DF: Ministério da Saúde, out. 2025. Disponível em: . Acesso em: 8 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa Saúde na Escola (PSE)**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, [2025]. Disponível em: . Acesso em: 8 mar. 2026.

UNFPA (FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS). **Prevenção da gravidez na adolescência**. [S. l.]: UNFPA Brasil, 2023. Disponível em: . Acesso em: 8 mar. 2026.

VICENTE, Luciane da Silva *et al.* **A educação sexual nas diferentes versões da Base Nacional Comum Curricular (BNCC): da abertura ao silenciamento em torno da temática**. *Educação em Revista*, 2024. Disponível em: . Acesso em: 8 mar. 2026

